RETIFICAÇÃO DO ACÓRDÃO N° 683/25-TP

PARTE DISPOSITIVA – ERRO MATERIAL – RETIFICAÇÃO

PROCESSO N° : 402460/24
ASSUNTO : CONSULTA
ENTIDADE : MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO
INTERESSADO : JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
RELATOR : CONSELHEIRO JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

ACÓRDÃO N° 1049/25 - TRIBUNAL PLENO

EMENTA: Consulta. Resposta concedida por meio do Acórdão n.º 683/25-TP. Verificação da ocorrência de erro material quanto à indicação do número da lei aplicável. Retificação.

1 DO RELATÓRIO

Conforme constou em trecho da parte dispositiva do Acórdão n.º 683/25-TP a respeito da resposta à primeira das perguntas formuladas pela entidade consulente,

não se legitima a transferências de recursos públicos a entidades privadas sem a prévia observância aos preceitos da Lei Federal n.º 4320/64 (arts. 12 e 16 a 19) e ao disposto no art. 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo necessária, ainda, a aderência da finalidade a alguma política pública relacionada a um programa específico da LDO local. Na hipótese de celebração de termo de fomento ou de colaboração para consecução de uma determinada política pública é necessária a prévia estipulação de um plano de trabalho, em consonância ao disposto na Lei Federal n.º 13.219/2014 (sem destaques no texto original).

Seguindo os autos à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca para anotações e registros pertinentes, a unidade diligentemente constatou que houve equívoco na indicação do número da lei em questão, sendo que a menção correta é a Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Desse modo, uma vez confirmada a ocorrência de erro material na ocasião em que redigido o acórdão, a retificação do ponto especificado é a medida apropriada a ser tomada.

Ante o exposto, voto pela retificação de ofício do Acórdão n.º 683/25-TP, substituindo-se em sua parte dispositiva a expressão “Lei Federal n.º 13.219/2014” por “Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015”, mantendo-se sem modificação os demais termos da decisão.

Após o trânsito em julgado e publicação do novo acórdão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas,

a) à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca para as anotações e registros pertinentes;

b) à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento do expediente, nos termos dos artigos 398, § 1º, e 168, VII, do RI.

3 DA DECISÃO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de CONSULTA ACORDAM OS MEMBROS DO TRIBUNAL PLENO do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, por unanimidade, em:

I - Retificar de ofício o Acórdão n.º 683/25-TP, substituindo-se em sua parte dispositiva a expressão “Lei Federal n.º 13.219/2014” por “Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015”, mantendo-se sem modificação os demais termos da decisão;

II - Após o trânsito em julgado e publicação do novo acórdão no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas,

a) à Supervisão de Jurisprudência e Biblioteca para as anotações e registros pertinentes;

b) à Diretoria de Protocolo para encerramento e arquivamento do expediente, nos termos dos artigos 398, § 1º, e 168, VII, do RI.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, FABIO DE SOUZA CAMARGO, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, GABRIEL GUY LÉGER.

Plenário Virtual, 8 de maio de 2025 – Sessão Virtual n° 8.

JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL

Conselheiro Relator

IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Presidente